

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.853 - SP (2018/0303854-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : ANTONIO JOSE CLETO  
**RECORRENTE** : APARECIDO ANTUNES  
**RECORRENTE** : FERNANDO GOMES DOS SANTOS  
**RECORRENTE** : JOSE ANASTACIO BERGAMASCHI  
**RECORRENTE** : JOSUE HAMAD GIACOVONI  
**RECORRENTE** : LINO BRANDINI  
**RECORRENTE** : NELSON CARVALHO  
**RECORRENTE** : NELSON RAMIRES  
**RECORRENTE** : ODIVAR CONTADOR  
**RECORRENTE** : DIOGO OJAS NETO  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957  
**RECORRIDO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**RECORRIDO** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO - SP302130

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PARCELAS PRETÉRITAS. TRÂNSITO EM JULGADO. NECESSIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. "É necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença em Mandado de Segurança Coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança pretendendo o recebimento de parcelas pretéritas" (REsp 1.764.345/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2018).
2. Juízo a respeito da ocorrência ou não do trânsito em julgado da ação coletiva demandaria incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

